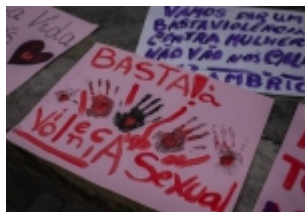


Feminicídio avança nas cidades pequenas e expõe ausência do Estado



Os dados mais recentes sobre violência de gênero no país revelam um cenário alarmante: metade dos feminicídios registrados no Brasil ocorreu em cidades com até 100 mil habitantes — justamente onde a estrutura de proteção às mulheres é mais escassa. O levantamento faz parte do relatório Retrato dos Feminicídios no Brasil, divulgado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Em 2024, a taxa de feminicídios nesses municípios foi de 1,7 morte por 100 mil mulheres, índice superior ao verificado em cidades médias (1,2) e grandes (1,1). Embora concentrem 41% da população feminina do país, essas localidades responderam por metade das mortes.

A desigualdade territorial torna-se ainda mais evidente quando se analisam municípios menores. Cidades com até 20 mil habitantes concentraram 19,6% dos feminicídios, mesmo abrigando 14,6% das mulheres brasileiras. Outras 19,7% das mortes ocorreram em municípios com população entre 20 mil e 50 mil habitantes.

O cenário nacional demonstra que a violência letal contra mulheres permanece em patamar elevado. Em 2025, foram registradas 1.568 vítimas de feminicídio no país — taxa de 1,43 morte por 100 mil mulheres — representando aumento de 4,7% em relação a 2024 e crescimento de 14,5% na comparação com 2021.

A situação se agrava diante da precariedade da rede de atendimento nas cidades menores. Apenas 5% dos municípios com até 100 mil habitantes possuem Delegacia de Defesa da Mulher. Somente 3% contam com casa-abrigo, serviço essencial para acolher mulheres em risco iminente de morte. No total, apenas 27,1% dessas cidades dispõem de ao menos um serviço especializado de atendimento à mulher.

O contraste é significativo: em cidades médias, 81% possuem delegacia especializada e 40% oferecem casa-abrigo. Já nos municípios com mais de 500 mil habitantes, a cobertura chega a 98% no caso das delegacias e 73% para abrigos.

Para o Fórum, há um descompasso claro entre onde a violência acontece e onde o poder público está estruturado. Segundo a diretora-executiva da entidade, Samira Bueno, o principal desafio é dar capilaridade às políticas públicas de proteção.

Ela destaca que, nas cidades pequenas, a ausência de unidades especializadas dificulta o atendimento adequado às vítimas. Além disso, o fator social também pesa: em municípios de 20 mil habitantes, por exemplo, a simples entrada de uma mulher em uma delegacia pode rapidamente se tornar de conhecimento público, criando barreiras e constrangimentos que inibem denúncias.

O relatório evidencia que o enfrentamento ao feminicídio passa não apenas pela legislação — considerada avançada —, mas pela presença concreta do Estado nos territórios mais vulneráveis. Ampliar a estrutura de proteção nas cidades pequenas deixou de ser apenas uma pauta

administrativa: tornou-se uma urgência social.

Foto: Cartaz / Divulgação

<https://www.jornalpanfletus.com.br/cp3.masterix.inf.br/noticia/7858/feminicidio-avanca-nas-cidades-pequenas-e-expoe-ausencia-do-estado-em-11/05/2026-18:57>